

A participação feminina nos conselhos municipais de Campos dos Goytacazes:
naturalizando desigualdades?

Rodrigo Anido Lira¹

Nilo Lima de Azevedo²

Marusa Bocafoli da Silva³

Resumo

As desigualdades de gênero podem ser percebidas em diversos âmbitos da sociedade e em muitos casos as funções desempenhadas pelas mulheres, tanto no espaço privado como no público estão relacionadas com a ideia de "trabalhos femininos", como o de cuidados. Essa realidade não é diferente na participação das mulheres nos conselhos municipais, que são por excelência, espaço de participação social. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar possíveis questões relacionadas a desigualdade de gênero nos conselhos municipais de Campos dos Goytacazes. Para tanto utilizou-se dados das entrevistas realizadas em 11 conselhos no ano 2012 onde foi possível perceber uma maior participação feminina nos conselhos que têm como principal foco de ação o cuidado, como por exemplo, no conselhos de Assistência Social e de Educação. Além disso, verificou-se durante a análise de dados o perfil diferenciado dessas mulheres que são em sua maioria solteiras ou divorciadas, sinalizando para uma possível dificuldade das mulheres em conciliar família e participação política.

Palavras- Chave: participação, gênero, desigualdade e conselhos municipais.

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro - UENF. Professor Universitário vinculado ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes.

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro - UENF. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Membro do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas, Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Professor na área de Direito e Estado no Curso de Graduação em Administração Pública e Pesquisador do Centro de Memória UENF.

³ Doutoranda em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - CCH - UENF. Integrante do ATEGEN - Atelier de Estudos de Gênero.

Introdução

O espaço público e as esferas de participação política são culturalmente demarcados pelo predomínio masculino. Durante muito tempo os homens foram considerados os únicos aptos para assumir as funções públicas. Esse espaço foi apresentado como inadequado e deslocado para as mulheres, que deveriam se concentrar em atividades relacionadas ao cuidado com o lar e com a família. A construção desse imaginário social custou a elas um longo período de afastamento do debate político e do mercado de trabalho e foi através da luta pela igualdade de gênero engendrada por movimentos feministas que as mulheres passaram a frequentar essa esfera.

Entretanto, ficou visível a dificuldade de ultrapassar os preconceitos estabelecidos há muito. Mesmo sendo perceptível a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e no campo político estamos longe de estabelecer a igualdade entre os homens e as mulheres, pois a participação delas no mercado de trabalho ainda se dá em maior número, em trabalhos mal remunerados e pouco qualificados. Aquelas que assumem funções mais valorizadas socialmente, como cargos de chefia, ainda recebem menos que os homens⁴. No campo político essa realidade não é muito diferente. Mesmo se fazendo presente e existindo cotas de participação ainda se configuram na minoria e tem suas funções relacionadas às tarefas "socialmente" definidas como femininas.

O município de Campos dos Goytacazes, local onde a pesquisa foi realizada, localiza-se ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Possui uma área total de 4.040,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 41,4% da área da Região Norte Fluminense⁵. Segundo dados do IBGE⁶ (2010), a população de Campos é de aproximadamente 463.731 habitantes e conta com 303.065 eleitores. O município é considerado a capital

⁴ De acordo com o último Censo Demográfico as mulheres recebem em médio 68% da renda dos homens. Informação obtida em: www.ibge.gov.br em 21/07/2015.

⁵ Denominação dada ao território que abrange os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Municípios pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

nacional do petróleo, pois a Bacia de Campos é responsável por cerca de 75% da produção nacional de petróleo.

Os conselhos municipais, que configuram objeto de análise nesse artigo, são órgãos públicos do poder executivo local, abertos a participação da sociedade para o processo decisório relacionado a demandas específicas como saúde, educação e meio ambiente entre outros. Como ponto positivo identifica-se uma proposta de gestão democrática onde a sociedade possui um canal de participação e decisão. Entretanto, percebe-se, nos dados analisados, um perfil de participação que deixa transparecer aspectos de uma cultura sexista ainda arraigada em nossa sociedade.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar questões relacionadas a desigualdade de gênero nos conselhos municipais de Campos dos Goytacazes. Para tanto utilizou-se dados apurados por meio da distribuição de questionários em 11 conselhos municipais de Campos dos Goytacazes no ano 2012, para a conclusão da tese de doutoramento intitulada: Representação, Participação e Cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro - UENF.

O cruzamento dos dados permitiu perceber maior participação feminina nos conselhos que têm como principal foco de ação o cuidado, como por exemplo, no conselho de Assistência Social e de Educação. Além disso, verificou-se durante a análise dos dados o perfil diferenciado dessas mulheres que são em sua maioria solteiras ou divorciadas, fato que sinaliza para uma possível dificuldade para mulheres em conciliar família e carreira.

Naturalizando Desigualdades

Durante muito tempo prevaleceu a crença de que o espaço público não deveria ser compartilhado pelas mulheres. Cientistas, filósofos e políticos apresentaram discursos que tentavam justificar e convencer as mulheres de que o seu espaço por natureza era o espaço doméstico. Assim, elas deveriam se ocupar dele e de todas as

tarefas que o envolvesse⁷. Essa concepção nasceu no século XVIII durante a Revolução Francesa, contexto no qual houve debates acirrados sobre a cidadania da mulher. A pergunta que se fazia era se as mulheres deveriam ou não ser consideradas cidadãs.

Alguns pensadores como Condorcet, defendia que as mulheres deveriam gozar do status de cidadãs. Outros, como Lequinio e Prudhomme não concordavam e afirmavam ser o lar e a criação dos filhos a contribuição fundamental das mulheres para com a sociedade. No século XVIII os debates encenados por pensadores relevantes foi corroborado pela medicina higienista que destacava a importância do papel da mãe para a saúde física e moral das crianças. Donzelot⁸, também tratou desse assunto em seus escritos mostrando como a medicina elevou a mulher ao papel de mãe, dando à ela a tarefa de ser responsável pelo cuidado e bem-estar das crianças. Elas deveriam acompanhar de perto o crescimento dos pequenos, função essa que requeria sua presença dentro do lar. Eleva-se assim a mulher à uma importância simbólica que se configura em desempenhar bem o papel de mãe ao mesmo tempo que a encerra dentro do lar:

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX⁹.

O século XIX é exemplar no que diz respeito à domesticação das mulheres, filósofos como Rousseau e suas ideias sobre o que seria uma educação própria para homens e mulheres ganharam cada vez mais espaço e legitimidade. A arena pública se afirmava como masculina e o privado como feminino e aquelas que ousaram desobedecer essa recomendação sofreram as sanções cabíveis¹⁰.

⁷ ROUSSEAU, Jean J. O Emílio ou da Educação, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973.

⁸ DONZELOT, A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição, 1986.

⁹ Ibid., pgs. 25 e 26.

¹⁰ SILVA, Marinete, S. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In.: FARIA, Lia. LÓBO, Yolanda. Vozes Femininas do Império e da República: caminhos e identidades, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003.

A análise realizada por Perrot¹¹ sobre os discursos dos operários franceses no século XIX deixa claro o esforço da classe operária (aqui entendida no masculino) para conscientizar as mulheres de que elas não deveriam trabalhar nas fábricas e que o seu lugar era dentro de casa cuidando da família. Lançava-se mão de inúmeros argumentos para tal convencimento, desde a relação da mulher operária com a mulher cortesã, afinal ao sair de casa a mulher ficava mal vista, passando pela pretensa preocupação com sua saúde, pois era submetida ao ambiente inóspitos das fábricas. Explicações biologizantes afirmavam que a mulher era um ser frágil por natureza e com a rotina pesada do trabalho fabril seu corpo enfraquecia e adoecia, não podendo assim gerar cidadãos fortes e saudáveis para a França.

Apesar de todo o esforço ideológico para convencer as mulheres a ficar em casa, muitas tentaram romper com essa "crença" e por meio de esforços de movimentos que defendiam a igualdade de gênero esse panorama tem se modificado. É fato que hoje as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e assumindo funções que antes eram primordialmente masculinos, mas a dificuldade de serem vistas e tratadas como igual é ainda existente.

Mesmo trabalhando fora do lar, construindo carreira ainda são as responsáveis por grande parte das tarefas domésticas. Pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho mostram que há vínculos entre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, esse último responsável por impor barreiras significativas às oportunidades das mulheres no mercado de trabalho e à sedimentação das carreiras.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, as mulheres não se acomodaram com a sua "predestinação para o doméstico". Elas estão ocupando cada vez mais espaço no mercado e atuando em profissões não comuns anteriormente. Recentemente o jornal O Globo publicou matéria com o seguinte título: "Diferencial feminino"¹². Nessa edição os repórteres chamavam atenção para o significativo percentual de mulheres trabalhando em ocupações tradicionalmente masculinas, como por exemplo, marcenaria, construção civil e cervejarias. A presença de mulheres nessas profissões mostra que a capacidade

¹¹ PERROT, Michelle. O que é um Trabalho de Mulher? In.: PERROT (org.). As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo, EDUSC, 2005.

¹² Matéria publicada no jornal O Globo no dia 16 de Novembro de 2014.

para realizar essa ou outra tarefa não se justifica pelo fato de se pertencer a um determinado gênero. Entretanto, o que percebe-se na matéria jornalística é uma maneira de justificar o sucesso feminino nessas profissões pelas características de gênero. Assim o exemplo de Cláudia Celestino, operária da construção civil e que opera a grua¹³ está relacionado ao fato do trabalho exigir atenção, paciência e cuidado. Características "próprias de mulher".

Utilizar características de gênero para justificar uma carreira feminina bem sucedida em um campo que outrora era masculino, é uma tentativa de desqualificar o trabalho dessas mulheres. Para operar a grua, para se tornar mestre cervejeira e marceneira elas se prepararam, estudaram e se qualificaram, assim como os homens que atuam nessa área. O gênero do indivíduo não delimita sua capacidade de criação e produção. Da mesma forma o gênero não deveria ser justificativa para estipular tarefas e remuneração.

Na esfera política esse panorama não é muito diferente. O espaço da política que é por natureza o espaço do debate também sempre foi concebido como espaço masculino. Fazer política, expor ideias, concordar ou discordar em público sempre foi considerado "coisas" de homem. É certo que o cenário se modificou. Assim como estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres também estão assumindo cargos políticos, mas esbarram o tempo todo com o fato de terem que "provar" que são capazes, o que acarreta em muitos casos abrir mão da família ou se ocupar com funções, dentro da esfera política, que tenham características consideradas femininas.

Domingues¹⁴ em artigo que trata da participação feminina no Partido dos Trabalhadores¹⁵ revela que os entrevistados ao conceberem a importância da participação das mulheres na política, exaltavam a "sensibilidade" feminina. Essa foi apontada como a característica que habilitaria as mulheres para atuar em áreas relacionada a cuidado, que não deixa de ser uma transferência do lado maternal para a

¹³ É um equipamento utilizado para a elevação e a movimentação de cargas e materiais pesados além da capacidade humana.

¹⁴ DOMINGUES, Sana. Mulher e Política no Partido dos Trabalhadores, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Desigualdades, Salvador, UFBA, 2011.

¹⁵ Partido dos Trabalhadores (PT) é o maior partido de esquerda do Brasil.

política. Assim, elas acabam levando para funções públicas que ocupam valores exigidos socialmente do seu gênero. Essa construção social faz com que essas mulheres estejam mais presentes nas áreas da educação, saúde e promoção social.

A Participação Feminina nos Conselhos Municipais de Campos dos Goytacazes

Os Conselhos Municipais são órgãos públicos do Poder Executivo local e podem atuar não só nas áreas onde a sua existência é requisito legal para o repasse de verbas federais (Assistência Social, Saúde, Criança e Adolescente e Educação), como também em outros setores de ação governamental como Patrimônio, Meio Ambiente e Esporte, por exemplo, tendo poder para formular propostas de políticas, programas, assim como para fiscalizar o setor ao qual está envolvido.

O formato dos Conselhos Municipais gestores, ao congregarem elementos da autonomia da descentralização administrativa e da competência em inserir a participação popular na gestão das políticas públicas, com o objetivo de uma maior eficácia em sua implementação¹⁶, fez com que, diante do panorama da redemocratização brasileira, os Conselhos fizessem parte de um conjunto de inovações institucionais pós constituição de 1988 que

(...) refere-se ao aperfeiçoamento e ao aprofundamento das instituições democráticas, com vistas a permitir sua operação nos interstícios eleitorais, acoplando aos mecanismos clássicos da representação formas institucionalizadas de participação política, que permitam a ampliação do direito de vocalização das preferências dos cidadãos e o controle público do exercício do poder.¹⁷

Dentre as características observadas nos conselhos e que são importantes para o atendimento das expectativas sobre tais órgãos, pode-se citar “a sua função deliberativa

¹⁶CUNHA, F. S. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 18, Set, p.83-98. 1997.

¹⁷ AZEVEDO, S; ANASTASIA, F. Governança, accountability e responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas e Minas Gerais. In: *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2, PUC/São Paulo, nov. p.03, 2000.

ou consultiva, sua composição interna e seu grau de flexibilidade para incorporar novas representações coletivas.”¹⁸ Estes atributos sugerem maiores ou menores chances de êxito para a resposta ao desafio da democracia. Sob essa perspectiva, a participação e a representação são as variáveis em torno das quais as demais questões gravitam.

Campos dos Goytacazes, município onde ocorreu a pesquisa possui 21 Conselhos Municipais. Esta quantidade supera em muito a média nacional divulgada pelo IBGE em 2001 que foi de 4,9 Conselhos por município com 26,9 mil no total. Não existe pesquisa atualizada sobre estes índices, mas com base na projeção de crescimento dos principais Conselhos do país (Assistência social, Saúde, Criança e Adolescente, Educação e Meio ambiente) na pesquisa IBGE 2009, estima-se que haja hoje no Brasil mais de 40.000 Conselhos apresentando uma média acima de 7 Conselhos por município. Ainda assim, Campos, com 21 Conselhos, possui quase três vezes mais Conselhos que a média nacional.¹⁹

Apesar deste elevado número de Conselhos registrados e/ou em funcionamento, existem 10 que funcionam de maneira precária ou seja apresentam dificuldade de realização de reuniões, indisponibilidade ou inexistência do regimento interno e, em alguns casos, inacessibilidade dos representantes. Desta forma, 11 Conselhos fizeram parte desse estudo: Conselho de Educação, Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho de Assistência Social, Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Conselho de Meio Ambiente e Urbanismo, Conselho de Direitos da Mulher, Conselho de Patrimônio, Conselho de Defesa do Consumidor, Conselho de Direito dos Idosos, Conselho de Saúde e Conselho de Esporte.

Dentre os Conselhos pesquisados pode-se perceber que o maior número de participação feminina está no Conselho de Direitos da Mulher (100%), seguido do Conselho de Assistência Social com 87,5% de participação feminina e o Conselho de Educação com 80% de participação feminina. Em contrapartida os Conselhos de

¹⁸ Op.cit.,p. 96.

¹⁹ LIRA, Rodrigo. Representação, Participação e Cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro - UENF, 2012.

Esporte, Meio Ambiente e Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável contam com os respectivos índices de participação feminina: 9,17%; 14,3% e 16,7%.

É importante salientar que os conselhos que concentram maior número de mulheres são aqueles onde o tipo de área de atuação está ligada aquelas aptidões consideradas "naturais" das mulheres. Ou seja, funções que têm como foco o cuidado com o outro. São as mulheres, em geral que cuidam das crianças da casa e também dos idosos e doentes. A natureza desse tipo de função está intimamente ligada ao espaço privado e a doação ao outro. A unanimidade de mulheres no Conselho de Direitos da Mulher se explica por ser essa uma área de atuação onde acredita-se ser apenas de interesse feminino. Movimentos que buscam igualdade e direito para as mulheres não são, em tese, percebidos como luta política e social. Enquanto os outros conselhos citados, onde a participação masculina é maior são áreas de atuação que envolve ação e virilidade como no conselho de Esporte ou planejamento e desenvolvimento que são características relacionadas socialmente ao masculino. São as mulheres, em geral que cuidam das crianças da casa e também dos idosos e doentes. A natureza desse tipo de função está intimamente ligada ao espaço privado e a doação ao outro.

Ao analisarmos o grau de instrução dos conselheiros verificou-se que 51,2% das mulheres possuem Ensino Superior Completo, o que demonstra um equilíbrio na escolaridade. Entretanto, quando analisa-se o rendimento esse equilíbrio desaparece. De acordo com a pesquisa 52,9% dos homens recebem entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 mensais, enquanto que 47,7% das mulheres possuem esse rendimento. Entre aqueles que recebem de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00 mensais, 52,9% são homens e 47,1% mulheres. Esses números são ainda mais desiguais quando a faixa da renda está acima de R\$ 4.000,00 mensais. Nesse universo os homens representam 65% e as mulheres 35%. Esses dados ilustram como o espaço público, aqui representado pela esfera da participação política, ainda se organiza por pressupostos sexistas. Mesmo existindo equilíbrio na escolaridade, as mulheres ainda são aquelas que recebem os menores salários e são as que estão mais presentes nas esferas de discussão que se relaciona com o espaço privado, onde o cuidado é sua função primordial.

Foi possível perceber o perfil diferenciado das mulheres que estão participando ativamente dos Conselhos Municipais. Em sua maioria são solteiras, separadas e/ou

divorciadas e viúvas. Uma questão relevante que se impõe às mulheres que estão construindo carreiras seja no mercado de trabalho ou na política é a de incompatibilidade na conciliação da vida familiar e o trabalho. Hirata²⁰, em estudo que versa sobre família e empresa no Japão mostra-nos que as relações vigentes entre os casais e a organização familiar viabilizam certas políticas de gestão de mão de obra, como por exemplo: deslocamentos frequentes, horas extras regulares e atividades de lazer organizadas pela empresa apenas para os funcionários somente podem ser executadas quando um dos membros do casal se encarrega da totalidade das tarefas domésticas e da educação dos filhos. Como é comum acontecer, são as mulheres quem assumem essas atividades. Ao relacionarmos o estudo de Hirata com a dinâmica do mercado de trabalho e do espaço de participação política contemporâneos, percebe-se a necessidade daqueles que se ocupam dessa esfera e disponibilizar tempo para as inúmeras atribuições que esses cargos exigem, como viagens e reuniões em horários diversos. Para que essa dedicação seja possível àqueles que têm família necessitam da contrapartida do cônjuge, dando o suporte necessário no espaço privado. Muitas são as mulheres, e os números dessa pesquisa corrobora essa tese, que deixam para mais tarde o plano de formar uma família para se dedicar à carreira. Entre os conselheiros entrevistados 48,3% dos homens estavam solteiros e 51,7% das mulheres afirmaram ser solteiras. Entre os casados havia 67,6% de homens e 32,4%.de mulheres. As mulheres também são a maioria daqueles que se encontram divorciados, 66,7% são mulheres e 33,3% homens. Entre os viúvos 80% são mulheres e 20% homens.

Ao que demonstram os números as mulheres presentes nos Conselhos estão de uma forma ou de outra focadas mais na carreira do que na família. Já que uma parte significativa delas está solteira, divorciada e viúva, tendência que reforça a ideia de que se torna uma tarefa complexa conciliar a família com o trabalho. Isso porque em grande parte, é da mulher, a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, mesmo quando também trabalha fora do lar. Esses dados nos remete a Perrot quando nos diz que: "fazer carreira é, de qualquer maneira, uma noção pouco feminina; para uma mulher, a

²⁰ HIRATA, Helena. Vida Reprodutiva e Produção: Família e Empresa no Japão. In: KATCHERSKY, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 63-93.

ambição, sinal incongruente de virilidade, parece deslocada. Ela implica, em todo o caso, em uma certa renúncia, sobretudo do casamento".²¹

Considerações Finais

Historicamente, a arena política foi constituída como espaço proeminentemente masculino. Às mulheres foi vetado, durante muito tempo, qualquer tipo de atuação no espaço público. Entretanto, a pressão dos movimentos sociais e feministas as alçou ao mercado de trabalho e também ao espaço político, não sem muito embate e constante luta. Mesmo sendo perceptível o avanço no que diz respeito à participação da mulheres na política ainda prevalece no cenário atual a permanência valores sexistas.

O corpo da mulher foi visto histórica e socialmente como pronto para servir e para cuidar seja das crianças, dos idosos e dos doentes. Assim também, características como paciência, sensibilidade, obediência e humildade foram e continuam sendo exigidas para o sexo feminino. Toda essa construção social acerca do que é ser mulher tem peso significativo na escolha dos espaços preenchidos pela participação feminina.

Ao valorar as características ditas "naturais da mulher" e conceber a ideia de complementação entre os gêneros legitima-se a dominação masculina e a hierarquia de gênero. A tendência das mulheres de se ajustarem as tais características femininas é sinal incongruente do que nos ensina Bourdieu²² sobre a maneira como a violência simbólica, aquela que mantém os códigos das relações de poder entre os gêneros, não se opera na ordem das intenções conscientes. Isso explica porque embora tenha efeitos concretos ela não é de fácil percepção. Tal ideia, tem sido utilizada, tradicionalmente, para construir a divisão sexual do trabalho e de forma mais moderada para demarcar, mesmo que inconscientemente, a divisão sexual na arena política.

²¹ PERROT, op.cit., p. 255.

²² BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 10ª edição, 2011.

Analisando os dados da pesquisa aqui relatada percebe-se a dificuldade de rompimento com uma cultura ainda marcada por valores sexistas. Ao constatar que são os Conselhos Municipais dos Direitos da mulher, de Assistência Social, de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso que possuem maior participação feminina é possível verificar a persistência da ideia de que determinados "ramos" são percebidos como próprios para as mulheres. Geralmente áreas de atuação onde cuidar do outro é a função principal.

Em contra partida os Conselhos de Esporte, de Meio Ambiente e Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável possuem maior número de participação masculina e são áreas de atuação vinculadas à decisão e planejamento, características socialmente concebidas como próprias dos homens.

Mesmo que, seja fato o avanço no aumento da participação da mulher no cenário público, tanto no mercado de trabalho e na político, não se deve perder de vista o entrelaçamento das características construídas e legitimadas socialmente como femininas e as áreas de atuação dessas mulheres. É preciso estar atento para a prática do discurso da complementaridade que mascara a desigualdade e a hierarquização dos gêneros, alocando as mulheres em campos ditos "próprios" para elas e delimitando outros, de maior prestígio social, como incompatíveis à prática feminina.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S; ANASTASIA, F. Governança, accountability e responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas e Minas Gerais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2, PUC/São Paulo, nov. 26 p. 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 10^a edição, 2011.

CUNHA, F. S. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. In: Varia Historia. Belo Horizonte, n. 18, Set, p.83-98. 1997.

DOMINGUES, Sana. Mulher e Política no Partido dos Trabalhadores, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Desigualdades, Salvador, UFBA, 2011.

DONZELOT, A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição, 1986.

HIRATA, Helena. Vida Reprodutiva e Produção: Família e Empresa no Japão. In: KATCHERSKY, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 63-93.

LIRA, Rodrigo. Representação, participação e Cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

PERROT, Michelle. O que é um Trabalho de Mulher? In.: PERROT (org.). As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo, EDUSC, 2005.

ROUSEAU, J. J. O Emílio ou da educação, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed., 1973.

SILVA, Marinete, S. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In.: FARIA, Lia. LÔBO, Yolanda. Vozes Femininas do Império e da República: caminhos e identidades, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003.